



Memória coletiva, história da favela: conquistas, tesouros e violência no espaço dos pobres.

Autores:

Eber Pires Marzulo - UFRGS - eber.marzulo@ufrgs.br

Juliana Lang Padua - UFRGS - langpadua@gmail.com

Luciana Linhares de Andrade - UFRGS - luciana.andrade@ufrgs.br

Dany Delfim Silbermann - UFRGS - danydelfimsilbermann@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar a transformação socioespacial da favela, visto que a urbanização das grandes cidades brasileiras traz intrinsecamente a constituição da favela como parte inexorável. A favela, ao não constar na história narrada por documentos oficiais, traz a necessidade de reconstituição de sua trajetória pela memória coletiva. Têm-se como fonte primordial os relatos dos moradores, estabelecendo necessariamente uma relação entre história urbana e memória. O método de pesquisa é baseado em entrevistas não diretivas, etnografia urbana e produção de imagens. O associativismo comunitário se mostra como chave para a compreensão da ocupação territorial e alocação de equipamentos e infraestrutura urbana, em especial pela experiência do Orçamento Participativo. Incidem sobre a dimensão do cotidiano os saberes da cultura negra; e recentemente, a crescente violência, que reduz o uso do espaço público. O estudo de caso da comunidade Cascata-Glorinha, em Porto Alegre/RS, alocada em área em parte regularizada e urbanizada e outra sem urbanização nem regularização, possibilita estabelecer distinções e repetições na transformação da favela contemporânea.

MEMÓRIA COLETIVA, HISTÓRIA DA FAVELA:

Conquistas, tesouros e violência no espaço dos pobres.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que a história da cidade brasileira não trata com a devida relevância da favela como parte integrante do processo de formação do território urbano brasileiro. O processo de transformação da dimensão territorial nas favelas, ao não constar na história narrada por documentos oficiais e por ser marcada por hipotética informalidade traz a necessidade de ter sua trajetória reconstituída pela memória preservada pelas comunidades que ali habitam e que neste trabalho propõe-se tratar através da memória coletiva, de acordo com Ecléa Bosi (1994). A reconstrução proposta desde a narrativa oral e de documentos informais possui a escala do cotidiano, entendido como uma quinta dimensão espacial, conforme Milton Santos (2006), como eixo analítico para compreensão da territorialidade como aspecto da posição social dos protagonistas, tratados aqui como classe popular.

O artigo, ora apresentado, deriva da pesquisa *Como Anda a Favela no Brasil? O discurso em definições e imagens*¹, que dá continuidade à pesquisa anterior *Espaço e poder: a disputa discursiva pela favela* (2012-2016). Ao se constatar a existência de discrepância nos dados fornecidos por distintas instâncias governamentais acerca da situação das favelas no Brasil (MARZULO, 2014; MARZULO, 2014b; MARZULO, et al, 2015), foram exploradas as narrativas oficiais sobre as favelas brasileiras, estressando as diferentes definições do mesmo fenômeno e suas utilizações como exercício de um poder simbólico (BOURDIEU, 2001). Aqui se aprofunda o processo endógeno de formação territorial de favelas explorando, em forma de estudo de caso (BECKER, 1999), localidades contíguas e cuja delimitação formal de regularidade e irregularidade parece irrelevante na dinâmica socioespacial.

A diferenciação desses espaços, a partir do aspecto jurídico-urbanístico, demonstra-se pouco eficaz para discutir o espaço dos pobres (MARZULO, 2005), visto que a infraestrutura urbana e a equipamentos públicos que essa população acessa, tanto no território regularizado quanto irregular, possuem em sua constituição situações de precariedade que os atravessam em maior ou menor grau. Afinal o loteamento popular, mesmo que regularizado ou em processo de regularização, se assemelha mais à ocupação irregular, em aspectos formais, sociais e econômicos, do que à cidade formal, de cuja classificação supostamente faria parte por estar estabelecendo-se de acordo com a legislação urbanística, aliás, legislação especial para o espaço dos pobres regularizados. Mas isto é questão a ser tratada em outro momento.

¹ Projeto contemplado com apoio de projeto de pesquisa pelo CNPq entre os anos de 2015 e 2017.

Ao pensar-se o espaço dos pobres como um conceito que define como seu paradigma a favela brasileira, não fazendo distinção entre esta, os bairros populares e os conjuntos habitacionais (MARZULO, 2005), define-se como locus de estudo um espaço da classe popular cuja espacialização permeia a discussão da regularidade e irregularidade. Localizada na cidade de Porto Alegre, a comunidade conformada pelo loteamento Jardim Cascata e pela vila Glorinha – a partir de agora referidos apenas por Cascata-Glorinha – está situada no interior do bairro Glória, na encosta do Morro da Glória, a aproximadamente 9 km de distância do centro da cidade. Escolheu-se esta área da cidade como exemplar para um aprofundamento *in loco* das condições que atuam na construção estatística dos territórios e suas discrepâncias, em especial do espaço dos pobres. As localidades em estudo são áreas adjacentes e apresentam trechos com e sem regularização fundiária e com e sem urbanização, não necessariamente associando regularização à urbanização.

Como método de análise das transformações socioespaciais pelas quais passou a comunidade Cascata-Glorinha, foi utilizado o estudo de caso por observação participante (BECKER, 1999). O estudo de caso busca alcançar dois objetivos: compreender as relações internas à comunidade e também entre os membros dessa comunidade e o mundo; e estabelecer teorizações que propiciem a analogia entre as dinâmicas ocorrentes na comunidade de estudo e as relações sociais de forma geral. O pesquisador que emprega a observação participante “se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades” (BECKER, 1999, p. 120) e suas tarefas não estão limitadas à observação, sendo indicado entrevistar membros do grupo estudado e incluir outras fontes surgidas no campo. As informações coletadas por meio de observação participante devem ser adicionadas aos relatos fornecidos por membros do grupo estudado, para em seguida serem teorizadas. Para realizar as entrevistas não diretivas, utilizou-se a técnica da sociobiografia (BOURDIEU et al, 2000) enfatizando as narrativas espaciais dos sujeitos. Por meio do trabalho de campo, foram produzidas informações sobre as dinâmicas do processo de transformação socioespacial pelos quais a favela vem passando ao longo do tempo, desde relatos memorialísticos de sujeitos sociais que atuaram na consolidação desta territorialização.

O grupo de informantes foi estabelecido sobre as redes de sociabilidade locais, de modo que a pessoa entrevistada, ao final da conversa, era convidada a indicar alguém de suas relações para ser a próxima pessoa a participar de uma entrevista. O entrevistado/a em geral ficava responsável por fazer o primeiro contato para só então a equipe de pesquisadoras/es procurar a/o próxima/o entrevistada/o. A aproximação primeira com a comunidade ocorreu através de escolas localizadas na região, ou seja, instâncias institucionais, e iniciou com entrevista com professoras e trabalhadores das instituições. Assim foi se tecendo a rede de informantes em que ocuparam centralidade lideranças comunitárias e suas famílias e vizinhança, desde as primeiras indicações dos professores e servidores das escolas, atravessando uma esfera informal de organização e de lideranças comunitárias, incluindo além da dimensão sociopolítica a espiritual. Em torno de vinte entrevistas foram realizadas com as/os moradoras/es cujos relatos permitiram narrar uma memória coletiva comunitária por princípio mais passível a mudanças que permanentemente fixável (CERTEAU, 1988). Do processo de ocupação inicial da área pelos familiares dos atuais moradores, até os relatos das gerações mais recentes, emerge uma

diversidade das experiências vividas (MARZULO, 2005) para a constituição da identidade territorial através da transindividualidade constituída da prática comum (SANTOS, 2006).

CONQUISTAS DE INFRAESTRUTURA: MEMÓRIA DA LUTA POPULAR

A utilização dos relatos sociobiográficos dos moradores de uma localidade funciona como meio de acesso para a reconstituição da memória de territorialização do lócus em estudo. Os relatos devem levar em conta os fatores que influenciam a construção da narrativa, tais como a contaminação com a experiência da narrativa e a reflexão posterior por parte do narrador na reconstituição da memória. O contraponto feito a partir da presença do entrevistador, que neste caso vem de um ambiente externo e representa uma possibilidade de alavancar o poder de alcance dessa narrativa, além de pertencer a uma realidade alheia, também deve ser considerado como fator de influência na narrativa da memória. Tais fatores não invalidam os relatos como dados, mas devem ser considerados ao longo da análise.

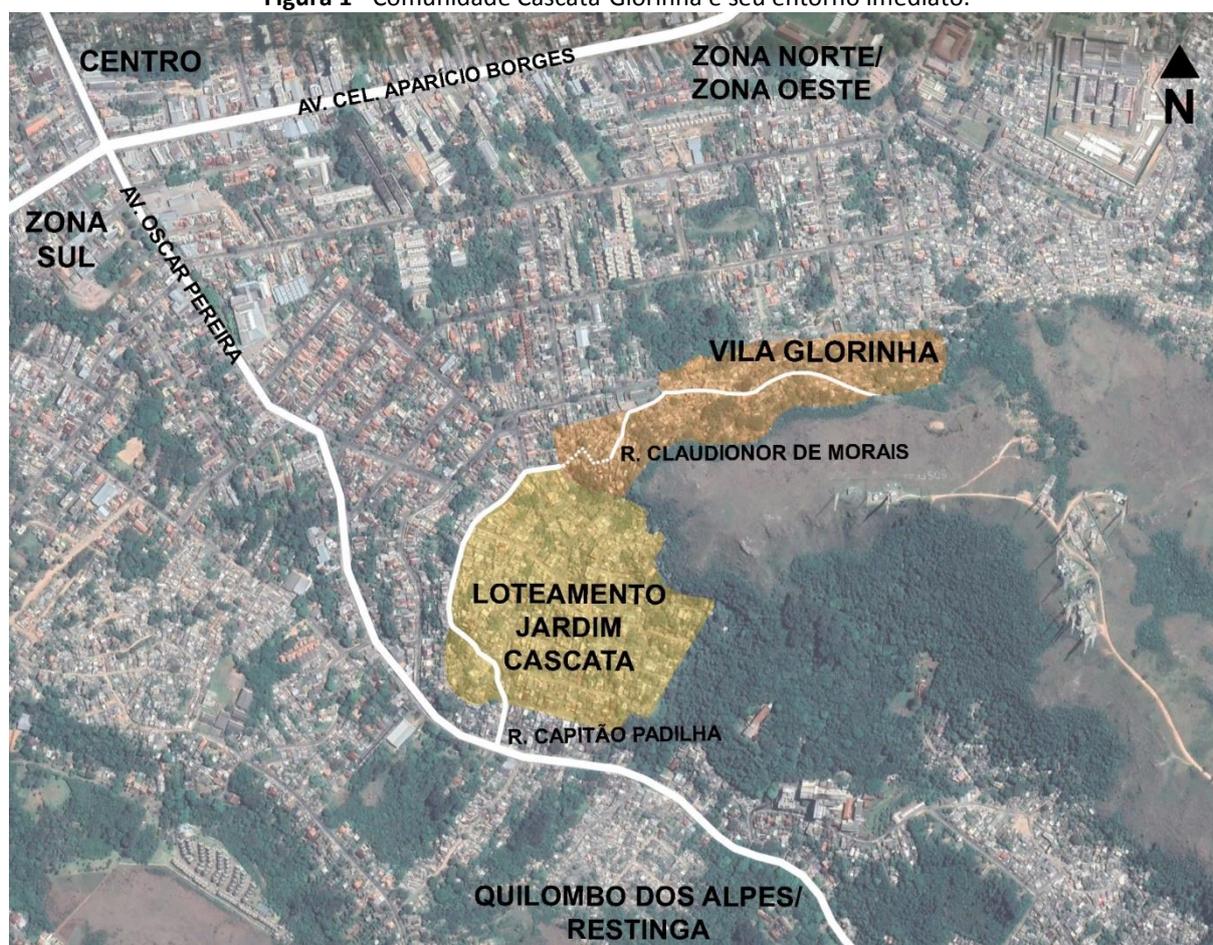
A memória coletiva (BOSI, 1994), seria conformada por lembranças de indivíduos, na qual o papel do sujeito seria o de memorizar algumas camadas de lembranças do passado, selecionando objetos específicos que considera valiosos, símbolos daquilo que seria um tesouro para a comunidade. Ao passarem da dimensão individual para a coletiva, as memórias podem ser influenciadas e transformadas por aquilo que contam os outros. Teria a lembrança, em seu processo de formação, a participação de outros sujeitos além daquele que relembra. Dessa forma, as lembranças trariam, intrinsecamente, um aspecto de não originalidade, à medida que são influenciadas pelas conversas que se tem com outrem, podendo ser enriquecidas e moldadas pelas experiências coletivas. Trata sobre a produção de uma memória de forma coletiva, na qual a coesão do grupo social tem papel de destaque:

“O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. [...]. As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência” (BOSI, 1994, p. 414).

As lembranças sobre as conquistas relativas à infraestrutura, relatadas em entrevistas, ao serem reunidas, permitem a elaboração de uma narrativa comum, coletividade de lembranças que instauram a memória dessa comunidade, embasada em lutas pela conquista de elementos básicos de urbanização. A comunidade Cascata-Glorinha tem sua trajetória vinculada a uma série de ações coletivas que territorializaram esse espaço ao mesmo tempo em que se engajava pela conquista de infraestrutura urbana e serviços urbanos básicos. Vinculada ao processo de loteamento do Jardim Cascata, iniciado na década de 1960 pela União de Moradores das Vilas Populares (UMVP), que prestava serviços à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), a UMVP mantinha uma sede no centro da cidade e outras sedes nos terrenos onde loteava. Nessas sedes os futuros habitantes podiam

negociar a aquisição de seu terreno mediante o pagamento de mensalidades, que eram controladas por um sistema de cadernetas. Apesar de haver uma organização formalizada para a empreitada e também um projeto de loteamento, não havia infraestrutura urbana que servisse o local, nem documentação juridicamente válida de posse, fato que descobrirão os moradores ao longo do tempo. A vila Glorinha teve seu processo de ocupação iniciado também por volta dos anos 1960, de forma a ocupar parcelas de terra em direção ao topo do morro. Seu traçado urbano é permeado por vielas estreitas e *peatonais*, conhecidos como becos², que se espriam a partir da rua Claudionor de Moraes, antiga Travessa A, que funciona como eixo do desenho urbano, como é possível ver na figura 1.

Figura 1 - Comunidade Cascata-Glorinha e seu entorno imediato.



Fonte: elaboração das/os autoras/es sobre Google Earth.

Na comunidade Cascata-Glorinha, pode-se dizer que o associativismo nasceu junto com a ocupação de terras. Empregados na companhia responsável pelo loteamento, a UMVP, alguns dos habitantes do loteamento Jardim Cascata deram início às primeiras reivindicações que buscavam o provimento de serviços básicos como água e luz. Para suprir a lacuna deixada pelo estado nessa região da cidade, foi fundamental a união dos moradores, que se organizaram em associações comunitárias com o objetivo de pleitear infraestrutura e serviços básicos. A água encanada foi provida pela UMVP, com a instalação de duas torneiras em via pública, as chamadas bicas, no início da década de 1970, ainda que

² Becos são em geral vias *peatonais* em áreas não urbanizadas.

a região seja privilegiada em relação à presença de córregos e nascentes de água. Algumas famílias chegaram a viver no morro por quase duas décadas sem ter ponto de água encanada em suas moradias, visto que apenas em 1979 este serviço foi instalado. Segundo o relato dos moradores mais velhos, para ter acesso à água potável se fazia necessário levantar muito cedo e enfileirar-se com os vizinhos para encher grandes latas com água, para depois subir o morro, com as latas cheias, em uma tarefa doméstica compartilhada, da qual as crianças também participavam. Os primeiros itens da urbanização chegaram por iniciativa popular, adentrando pelo loteamento Jardim Cascata. A eletricidade foi também uma conquista coletiva. Após muitos pedidos, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) instalou o primeiro poste de luz na Rua Irmãs Paulinas, próximo ao local onde hoje há um posto de saúde e, então, a rede elétrica foi sendo estendida informalmente para as residências, procedimento típico do padrão favela de ocupação conhecido como “gato”.

Figura 2 - Área urbanizada no loteamento Jardim Cascata, R. Irmãs Paulinas.



Fonte: Diogo Vaz.

Constata-se uma rede de pessoas que chegaram à Cascata-Glorinha durante a infância e estabeleceram laços de amizade, confiança e companheirismo, construindo relações de vivência comunitária e unindo-se para juntos reivindicarem melhorias no território que vivem. No início desse processo de associativismo, foi criada a Associação Comunitária do Jardim Cascata (ACOJAC), que chegou a reunir muitos moradores em prol das demandas comunitárias. Lado a lado na Rua Ocidente foram construídos uma edificação para a escola Dom Pedro e um posto policial, contando com mão de obra coletiva e voluntária, foi utilizado o formato histórico de construção nas favelas brasileiras conhecido como mutirão (ABIKO, COELHO, 2006); o material era proveniente de doações da população local. Atualmente esses equipamentos urbanos estão desativados e ambas as edificações foram vendidas no mercado imobiliário informal, servindo atualmente a outras funções. Ao

longo do tempo a ACOJAC foi substituída pela Associação dos Moradores do Jardim Cascata, a AMOJAC, por questões de administração.

Figura 3 - Área urbanizada na R. Claudionor de Morais.



Fonte: Diogo Vaz.

A dificuldade de acesso à educação é outra das grandes lutas travadas por essa comunidade, principalmente no que diz respeito ao cuidado das crianças pequenas e ao estudo de nível médio. Por aproximadamente dez anos o cuidado com as crianças em idade pré-escolar era caseiro. Não havia instituição nas proximidades que suprisse essa demanda, bem como não havia e não há, até hoje, uma escola de ensino médio. Alguns moradores contam que frequentaram os programas preventivos de regime aberto da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)³ que mantinham atividades complementares à atuação da escola para as crianças das ditas famílias carentes. Muitas das crianças ficavam sob os cuidados das mães crecheiras da Cascata-Glorinha, mulheres que prestavam um serviço de cuidado coletivo para que as mães pudessem trabalhar. Seu projeto recebia auxílio de custo da FEBEM, que incluía a remuneração das cuidadoras e também a alimentação das crianças.

O auxílio da FEBEM, no entanto, era insuficiente às demandas da comunidade. Uma das cuidadoras relata as formas de reivindicação para alcançar melhorias nesse aspecto:

³ Hoje chama-se FASE (Fundação de Assistência Social Estadual). A instituição passou por uma reestruturação de conceitos e práticas, presume-se que em virtude do sentido pejorativo que o nome FEBEM ganhou ao longo dos anos, por sua atuação muitas vezes violenta no atendimento aos ditos menores infratores, ou remeter ao crime.

“Simon⁴ [...] disse que quem não berra, não mama. Então fomos bater panelas na frente do Palácio da Polícia. A gente ia pra reunião na Vila Pinto⁵, em tudo que é lugar, pra formar uma rede”. A partir da formação dessa rede que se uniu para suprir as demandas educacionais, em 1980 foi criada a Creche Comunitária e em 1984 foi fundado o Clube de Mães. Organizaram uma parceria com a Legião Brasileira de Assistência⁶ (LBA), que financiou a construção da edificação que abrigou a Creche Comunitária: “A primeira creche da antiga LBA foi aqui em casa. Era para atendimento de quarenta crianças, chegamos a atender duzentas crianças de uma só vez [...] na verdade era um cuidado [...] eu não tinha ainda formação nenhuma, mas eu acompanhava elas”. A educadora conta que, quando Collor de Mello assume a presidência do país a LBA entra em falência, não mais disponibilizando os recursos necessários ao funcionamento da instituição.

Entre os anos 1980 e 2000, muitas melhorias foram conquistadas pelas entidades associativas da comunidade, especialmente elementos de urbanização: “Ali por 1999 nós estávamos bem”, relata a moradora identificada como Lu, 51 anos. No final da década de 1980, na gestão do então prefeito Alceu Collares (1986-1989), foi instalada a pavimentação viária que beneficiaria o acesso ao morro, com o asfaltamento do trecho da Av. Oscar Pereira que se aproxima à rua Capitão Padilha. No entanto, o asfalto só começou a entrar na comunidade a partir de 1990, na gestão de Olívio Dutra como prefeito (1989-1992) através de recurso liberado para essa finalidade pelo sistema do Orçamento Participativo (OP).

Experiência de aplicação de um modo de gestão pública participativa em que a população passaria a atuar diretamente sobre as decisões e execuções do orçamento municipal (FEDOZZI, 2001, p. 97), o OP foi instituído em 1989 pela prefeitura de Porto Alegre. Esse sistema de gestão pública traz a oportunidade de inclusão decisória dos cidadãos no que diz respeito às prioridades orçamentárias para a alocação de recursos públicos, em um processo constituído por três etapas que ocorrem ao longo do ano. O Conselho do Orçamento Participativo, informalmente referido como Conselhão, é a principal instância de participação popular, da qual fazem parte indivíduos vinculados ou não a associações de moradores. Nessa forma de gestão democrática, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre “partilha o poder” público com os cidadãos, chamando a atenção por ser um mecanismo não discriminatório em função de classe social, sendo o sujeito agente desse processo o próprio indivíduo, o cidadão. Esse formato de participação contribuiria para o desenvolvimento político coletivo da comunidade, possibilitando a formação de coletividades. A regionalização do OP se dá na escala intermediária entre a cidade e o bairro, agrupando bairros contíguos em dezesseis unidades.

A comunidade Cascata-Glorinha, inserida na Região 3 do OP que agrupa os bairros Glória, Cruzeiro e Cristal, reunia-se no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Glória para deliberar sobre as questões a serem reivindicadas via Orçamento Participativo, junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A demanda de investimentos em habitação é ressaltada por um líder comunitário, que conta que há mais de trinta anos a região coloca no OP a necessidade de construção de habitações pela Prefeitura. Informa-se que há uma área

⁴ Pedro Simon, político gaúcho que foi governador do Estado do RS (1987-1990).

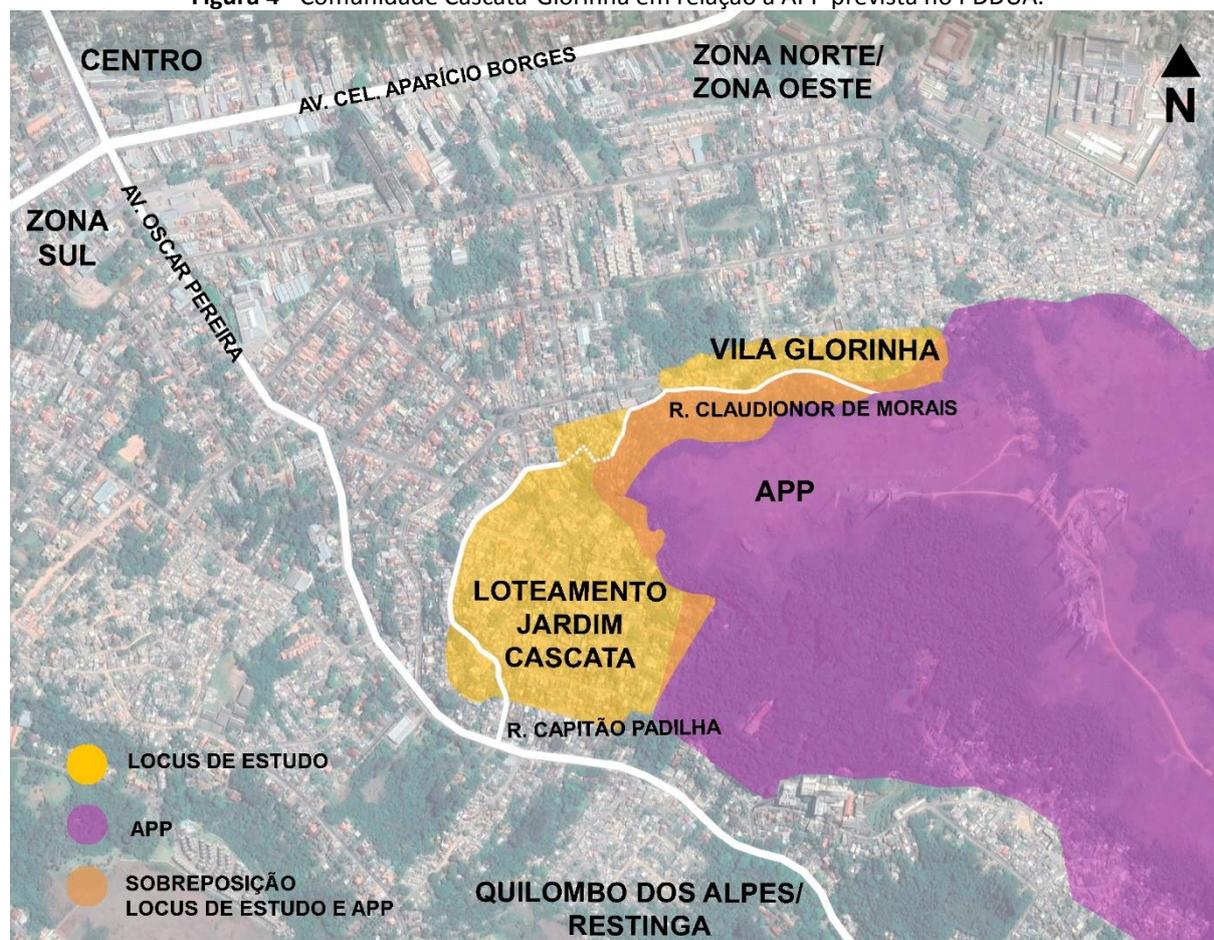
⁵ Favela localizada no bairro Bom Jesus, também conhecido como Bonja.

⁶ Instituição de assistência social federal para-governamental.

comprada na Glória para alocar famílias removidas de suas casas na Vila Cruzeiro pela ampliação da Av. Tronco, obra que é herança das reformas urbanas da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Essas famílias da Vila Cruzeiro seriam realocadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a Associação dos Moradores da Glorinha (AMOG) está pleiteando algumas dessas unidades para destinar a moradores de áreas de risco da Cascata-Glorinha. A argumentação seria de uma contrapartida pela localização do futuro empreendimento em área de atuação da antiga UMVP, na medida em que haveria no projeto a possibilidade de construção de um número maior de moradias do que o de famílias a serem realocadas da Vila Cruzeiro.

Em 2008, por demanda do OP, foram feitas obras de urbanização em oito becos da vila Glorinha. As obras incluíram fornecimento de água, sistema de esgoto, pavimentação, escadarias e iluminação. Nessa mesma demanda do OP foi iniciado o processo de regularização de matrículas de terrenos, no entanto muitos dos lotes ainda não foram regularizados, pois os terrenos e as habitações estão fora dos padrões exigidos pela PMPA, devido a legislação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e também ao fato de uma parte da comunidade estar assentada em parcelas de terras que são classificadas como Área de Preservação Permanente (APP)⁷.

Figura 4 - Comunidade Cascata-Glorinha em relação à APP prevista no PDDUA.



Fonte: elaboração das/os autoras/es sobre Google Earth.

⁷ Cf. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico e Ambiental de Porto Alegre.

Em 2016 foi uma demanda da Região 3 o estudo e elaboração de projeto para substituição de rede hidráulica em pontos considerados críticos para o abastecimento de água na vila Glorinha (PMPA, 2017), no entanto, até então não houve a liberação de recursos para a execução do projeto. Atualmente há dois reservatórios que servem a região, um deles em funcionamento, o outro estragado, de forma que o abastecimento de água não atende suficientemente a população local. Tal situação prejudica em especial os moradores da parte alta do morro, região com menor infraestrutura e equipamentos urbanos e onde estão localizadas as moradias mais precárias, e que também sofre com a maior dificuldade de mobilidade urbana. Diante dessa questão, um entrevistado explica que subir e descer o morro é um hábito e, ainda que seja uma situação adversa, relembra que já houve tempos de maior dificuldade: “O morro é um exercício diário, essas pessoas têm mais energia porque elas vêm fazendo isso há cinquenta ou sessenta anos, nós subíamos com água, com lenha, com roupa lavada” (morador Re, 50 anos).

Nos dias de hoje, o Conselho do OP está em atividade, porém não há mais as rodadas de demandas populares, tampouco destinação de investimentos para suprir essas demandas. De acordo com um antigo morador, um dos maiores impactos que a comunidade sofreu com esse corte de verba foram o término das atividades de turno inverso nos colégios e os programas destinados ao público da terceira idade. Atualmente, a mobilização comunitária está envolvida com o desenvolvimento do projeto Instituto Arraial da Glória, descrito como um “chapéu” que reúne entidades da região para que possam juntos ter maior força política.

“A gente entendeu que separadamente, naquela coisa de quero-quero, nós estamos ficando fracos porque nós não temos subsídios e nem recursos mais do governo. Essa gestão que está aí, terminando com as políticas públicas e sociais e estão nos prejudicando. A gente fundou este Instituto, que ele é o chapéu da região para absorver as entidades, pra nós fazermos tudo juntos, e já tem oito entidades ali dentro” (Re, 50 anos).

Entre as entidades que fazem parte desse “chapéu” estão escolas de samba, associação religiosa afro-brasileira, associações de moradores e comissões organizativas de ocupações urbanas, em uma soma de esforços relativos ao direito à moradia, infraestrutura, educação, saúde, cultura e religiosidade. Com reuniões mensais, o Instituto hoje conta com cerca de dez pessoas bastante envolvidas que se comunicam também via aplicativo de mensagens de celular. As entidades de associativismo comunitário, produzidas pela necessidade de estabelecer redes de apoio, são produtoras de formas de identificação e de laços de solidariedade entre os indivíduos, características estruturantes que se destacam ao buscar produzir uma narrativa representativa da trajetória da comunidade.

RURALIDADE E CULTURA NEGRA: TESOURO DE VELHOS

Os relatos das pessoas entrevistadas para esta pesquisa permitiram a justaposição de suas memórias, possibilitando a elaboração de uma narrativa sobre a trajetória da Cascata-Glorinha. Para além da possibilidade de sua coletivização, a memória teria uma função social, momentaneamente exercida por quem recorda (BOSI, 1994). Na velhice, na qual o

sujeito já não seria mais um membro social ativo, tomaria para si a função de se lembrar, atuando como a memória de sua família, coletividade, organização social ou institucional. O passado seria um tesouro de cuja preservação os velhos estariam encarregados. Os velhos, guardiões desse tesouro que é a memória coletiva, ao narrarem o momento que chegaram ao morro, em sua infância, relembram que ali se vivia com mais tranquilidade e segurança, brincavam nas ruas e a paisagem lembrava o local de onde eles vieram. Paisagem rural, poucas casas, e um grande e descampado morro onde se criavam animais, um rio onde um dia se buscava água e a roupa era lavada. Também uma época de dificuldades por conta da precária infraestrutura e acesso aos serviços, dificuldades essas que atingem, ainda hoje, determinadas parcelas de população que vivem nos topos do morro na Cascata-Glorinha.

A elaboração de uma narrativa de memória coletiva dessa comunidade aponta para o compartilhamento de um passado que permeia a transição entre vivências de um mundo rural para um mundo urbano. Nesse processo migratório, as famílias vindas do interior, em geral, já possuíam contato com alguém que residia na cidade, bem como se instalam na casa de famílias amigas para posteriormente adquirirem seus lotes, fazendo constatar-se a existência de uma rede de solidariedade e acolhimento por parte de conhecidos. Pode-se fazer uma analogia entre essa rede de acolhimento e o sistema de apoio, estudado pela pesquisadora Janice Perlman (1977), que, ao produzir pesquisas sobre algumas favelas do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1960 e 1970, constata que 84% da população migrante em favelas já teria amigos ou parentes vivendo na cidade. Para ela, no processo migratório podem ser encontradas muitas forças que representam amparo e continuidade, contribuindo para desmistificar a imagem formada pelo senso comum de que o migrante seria um viajante solitário e isolado.

Os costumes rurais faziam parte das práticas cotidianas desses sujeitos, práticas que se explicam ao constatar as localidades de emigração predominantemente rurais dos habitantes da Cascata-Glorinha e também a inserção geográfica dessa região da cidade em uma dinâmica rural, prévia à urbanização e ao loteamento do Morro da Glória. Quando foi iniciada a ocupação do morro, as famílias criavam porcos e galinhas para subsistência; vizinhos ao loteamento, padres católicos criavam vacas de leite em suas terras; e um antigo morador criava cabritas, em área que hoje é conhecida como Mato do Alemão. O leito do rio Cascata era um elemento marcante na paisagem do morro quando os primeiros moradores ali chegaram, na década de 1960 (JOBIM, 2000). Ponto de encontro para lavar as roupas, tanto as da família quanto a de terceiros, em serviços prestados para a geração de renda, e também para cantar ou ouvir a cantoria das lavadeiras, essa paisagem desapareceu quando o rio foi desviado para as obras de asfaltamento da Av. Oscar Pereira, nas proximidades de onde hoje está instalado o Hospital Divina Providência. Um entrevistado relata o dia-a-dia de sua infância, quando chegou ao Morro da Glória:

“Se lavava roupa lá embaixo, no poço do seu Jacinto, na bica. Meu pai era carroceiro, carroça naquela época era luxo. Meus tios tinham três carroças também. Vim de uma área rural [...]. A gente vendia fruta, laranja, bergamota, fiz isso até uns doze anos. Fomos criados assim, desde

pequeno trabalhando. Vendia aqui, nas vilas, na Bonja, na Tuca⁸, em qualquer lugar” (Re, 50 anos).

Muitas das famílias que povoaram a região migraram de áreas rurais e do interior do estado, como Alegrete, Santana do Livramento, Caçapava do Sul, São Luiz Gonzaga e Santiago, municípios da região centro-sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), tendo como motivação para vir à capital as grandes dificuldades econômicas. Inicialmente, em uma clássica divisão sexual do trabalho, os homens trabalhavam na construção civil e as mulheres como cozinheiras “de forno e fogão” em bares, restaurantes e clubes. Esses moradores vindos do campo, grande parcela da população da comunidade, retratam a situação da alimentação em meio rural como abundante e farta. Ao chegarem a Porto Alegre, inicialmente houve dificuldades para garantir a alimentação básica da família em meio urbano. Passados alguns anos, houve um tempo que a alimentação na cidade era ainda melhor que no campo, sendo possível fazer churrascos no final do mês. A presença da carne no prato, desde a época da moradia em meio rural até hoje, na cidade grande, é uma referência de comida farta e de qualidade. Contemporaneamente, a falta de comida é ainda uma questão que não foi solucionada. É comum, nos relatos que trazem a perspectiva do futuro, haver a vontade de suprir plenamente a alimentação familiar, para que nunca falte o que comer.

Os deslocamentos migratórios de parte dessa população são também provenientes de vilas da cidade de Porto Alegre, como a Vila Ipiranga, a Vila Cabo Rocha e Vila Santa Luzia, cujas grandes e numerosas famílias sofreram remoções forçadas pela PMPA, entre o final dos anos de 1960 e 1970, tendo seus territórios de origem apagados da malha da cidade. Um morador relata como foi o processo de mudança de sua família, que vivia em uma localidade mais próxima ao centro da cidade, quando sua comunidade foi removida:

“Eu vim de um bairro que vocês nem vão saber, sabem onde fica a Zero Hora⁹. Em frente à Zero Hora tem um posto de gasolina, ali era a Vila Ipiranga, do outro lado era a Ilhota¹⁰. Eu morava ali, quando tiraram aquela parte dali, [...] a minha mãe adquiriu esse terreno e a gente veio pra cá, até hoje eu estou aqui. A maioria da minha família, quando saíram de lá, de onde a gente morava, foram pra Restinga, na primeira unidade. É enorme a minha família lá. [...] . Quem tinha terreno, ia pro seu terreno, e quem não tinha, estava saindo a primeira unidade das casinhas da Restinga” (morador Ca, 58 anos).

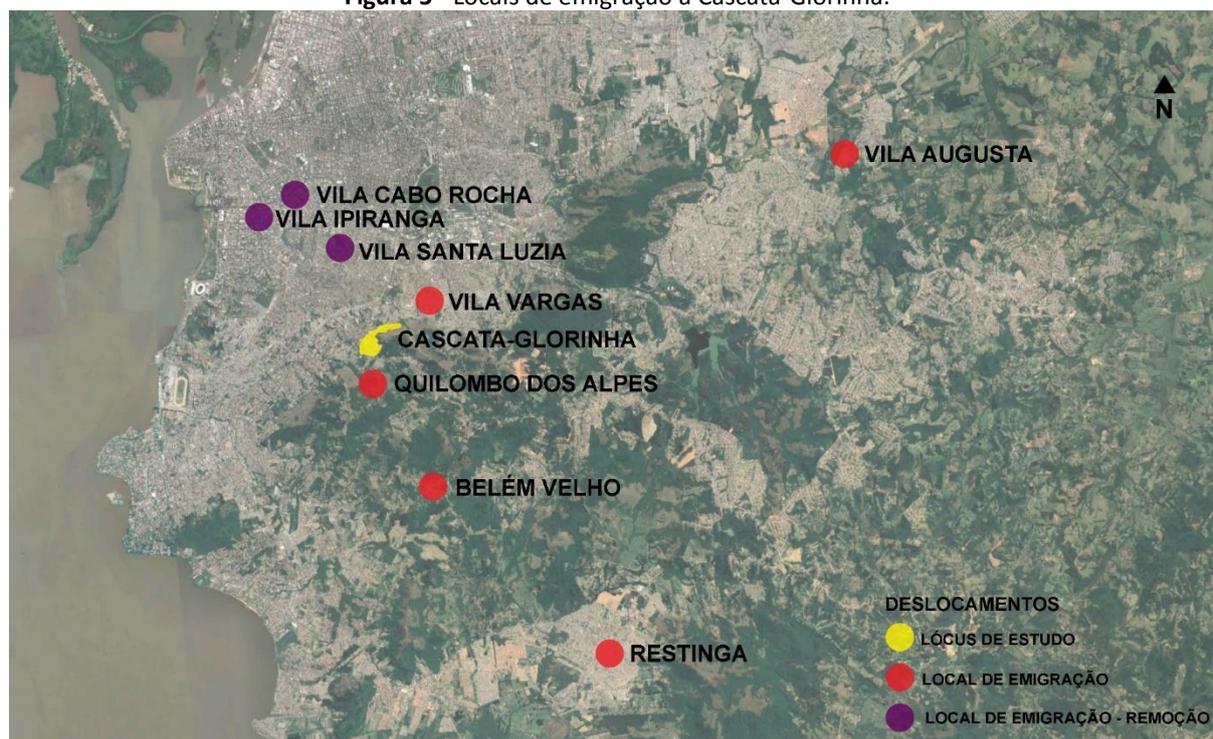
⁸ O morador se refere a duas localidades porto-alegrenses: Bonja é o nome popular do bairro Bom Jesus, que em grande parte, é formada por vilas; Tuca diz respeito ao Campo da Tuca, um bairro não-oficial de caráter popular.

⁹ Maior diário do RS que tem sua sede na Av. Ipiranga, avenida que corta a cidade de oeste à sudeste.

¹⁰ Favela clássica na área central da cidade, conhecida por ser a origem do compositor Lupicínio Rodrigues e do ex-jogador de futebol Tesourinha. A área passou por uma grande intervenção urbanística na década de 1970, com a abertura de avenidas e construção de centro de cultura e ginásio de esportes.

Dos processos de remoção o que se conta é que além das famílias levadas para a Restinga¹¹ outras se dispersaram pela cidade de Porto Alegre, sendo a Cascata-Glorinha um dos locais que, pela proximidade relativa em relação ao centro da cidade, atraiu famílias para se tornar o lugar de suas moradas. Outros locais de origem citados são o Quilombo dos Alpes¹², área próxima, porém distante de eixo viário, o bairro de Belém Velho, a Vila Vargas, do bairro a sudeste do Partenon e a Vila Augusta, em Viamão, na região metropolitana. A figura 5 mapeia os territórios de onde migrou grande parte da população que hoje reside na Cascata-Glorinha, com distinção para os locais de onde as famílias foram removidas.

Figura 5 - Locais de emigração à Cascata-Glorinha.



Fonte: elaboração das/os autoras/es sobre Google Earth.

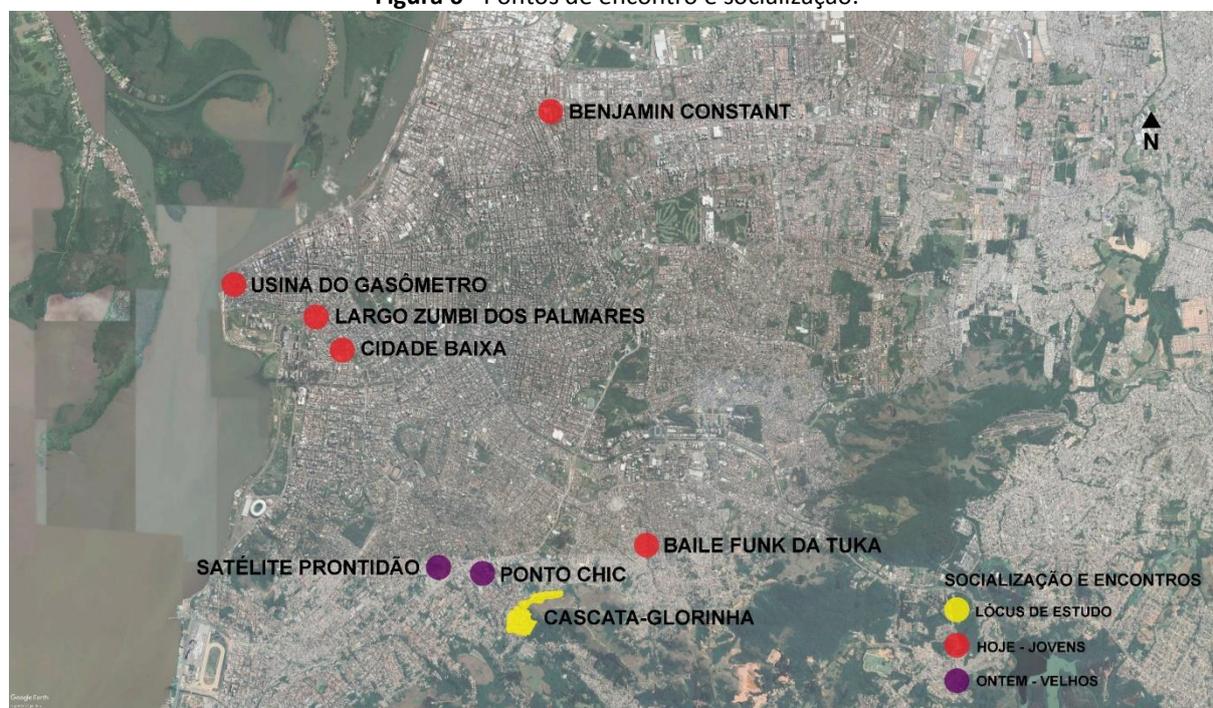
Nessa região da cidade, que se espalha pelas imediações do território da Cascata-Glorinha – bairros Glória, Partenon, Quilombo dos Alpes, Teresópolis e mesmo a mais distante Restinga – a cultura negra está presente em algumas de suas diversas expressões, sendo uma delas a música. Ali nasceram pontos de encontro relacionados à musicalidade, espaços onde era possível confraternizar, tocar, ouvir e dançar samba e também suingue, esses locais operam como pontos de identificação e afirmação da cultura negra. Um desses locais era o Ponto *Chic*, estabelecimento que ficava na Av. Oscar Pereira, mais precisamente na esquina com a rua Intendente Alfredo Azevedo.

¹¹ Restinga é maior bairro de Porto Alegre em termos populacionais e primeiro grande conjunto habitacional criado pela ditadura militar no extremo sul da cidade, próximo ao bairro Belém Velho (ZAMBONI, 2009).

¹² Quilombo dos Alpes é um quilombo urbano situado no Morro da Glória, localizado entre os bairros Cascata e Teresópolis.

O Ponto *Chic* era um dos locais mais frequentados pelas pessoas da comunidade quando queriam ouvir ou tocar samba. Também é lembrado por ter recebido grandes nomes do samba brasileiro, com destaque para os artistas cariocas que frequentavam a casa, e a presença sistemática de Lupicínio Rodrigues. A edificação que abrigava o bar foi demolida nos anos 1990, sendo seu terreno hoje utilizado para um estacionamento. Outro local bastante frequentado era a Associação Satélite Prontidão, um clube centenário fundado por negros, local de festas e celebrações, onde era possível encontrar pessoas de várias partes da cidade, “negros finos de gravata borboleta e negros pobres” (morador Ca., 58 anos). O clube, que se localizava na Av. Cel. Aparício Borges, via de grande relevância por conectar as zonas norte e sul da cidade de Porto Alegre, deixou a região recentemente, onde alcançava grandes níveis de popularidade, frequentado particularmente pelas comunidades da Glória, Cristal e Cruzeiro, ao vender seu terreno para um hipermercado, e mudou-se para o bairro Rubem Berta, nas proximidades da Vila Mário Quintana, região norte da cidade.

Figura 6 - Pontos de encontro e socialização.



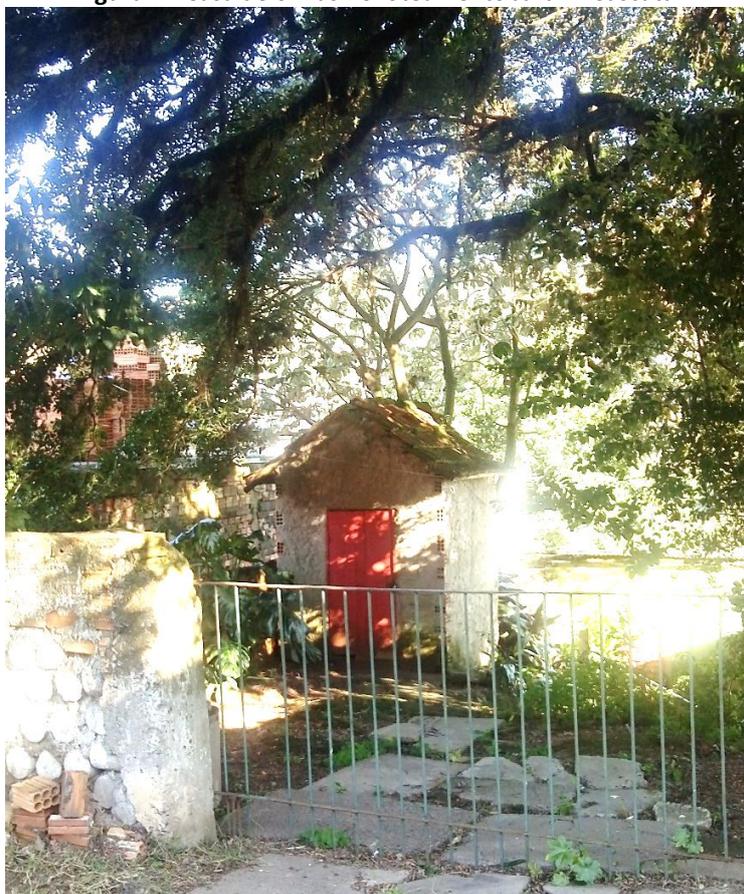
Fonte: elaboração das/os autoras/es sobre Google Earth.

Eram muito comuns as festas no morro, fossem nas ruas ou nos pátios. Reuniam-se famílias para tocar o samba, em confraternizações que, em geral, ocorriam com frequência semanal, e levavam o nome da matriarca da família anfitriã, que recebia os convidados em seu pátio, como o “Samba da Mãe Ca”, ou o “Samba da Mãe Mi”. Algumas dessas figuras maternas tiveram sambas compostos em sua homenagem. Essa prática, no entanto, está ausente do dia-a-dia atual. Um morador antigo relata que “antigamente tinha festa na rua, samba e pagode. Agora não tem mais nada. Até os jovens vão para outros lugares para fazerem festa” (morador Ca., 58 anos). Nos dias de hoje, as festas frequentadas pelos jovens ocorrem em outras regiões da cidade, vão e voltam “de bonde”, ou seja, em grupos, e a locomoção é feita de ônibus. Entre os locais mais frequentados, estão o Baile da Tuka (na vila João Pessoa), os bares da Cidade Baixa (bairro central, tradicional reduto boêmio), danceterias na Av. Benjamin Constant (Zona Norte), os sambas no Largo Zumbi dos Palmares

(bairro Cidade Baixa) e na Usina do Gasômetro (bairro Centro). Na figura 6 é possível visualizar os antigos pontos de encontro dos velhos bem como os locais de socialização dos jovens de hoje, que indicam uma maior dispersão da socialização dos moradores de favelas no tecido urbano, e também a eliminação e periferação de pontos de cultura tradicionais de comunidades negras de Porto Alegre.

Outra tradição cultural que incide fortemente nas relações sociais e até na composição espacial que determinados locais apresentam, as religiões de matriz africana são presença marcante nesse território, em especial a Umbanda e a Nação, também chamada Batuque. A prática religiosa pode ser identificada na arquitetura, visto que muitas residências da Cascata-Glorinha tem a casa de Bará – ou Exu Bará, o orixá da comunicação – junto ao acesso de suas moradias.

Figura 7 - Casa de orixás no loteamento Jardim Cascata.



Fonte: Juliana Pádua.

A edificação, muitas vezes construída em alvenaria, tem cobertura de telhas, porta de madeira e por vezes possui acabamento em reboco. No Batuque gaúcho as casas de orixá seguem determinados fundamentos para sua alocação no terreno: “Lôde (Bará de Rua), que é assentado em uma casinha separada, geralmente vermelha, no quintal em frente à casa principal” (MACHADO, 2015, p. 108). Contrariando sua missão de mensageiro entre céu e terra, o orixá Bará teve sua figura vinculada a entidades representativas do mal, por meio de discursos hegemônicos e colonizadores, carregando estigmas que permanecem até os dias de hoje e que recaem sobre a população afro-religiosa:

“Exu é o orixá sempre presente, pois o culto de cada um dos demais orixás depende de seu papel de mensageiro. Sem ele orixás e humanos não podem se comunicar. Também chamado Legba, Bará e Eleguá, sem sua participação não existe movimento, mudança ou reprodução, nem trocas mercantis, nem fecundação biológica. Na época dos primeiros contatos de missionários cristãos com os iorubás na África, Exu foi grosseiramente identificado pelos europeus com o diabo e ele carrega esse fardo até os dias de hoje” (PRANDI, 2001, p. 20).

A revelação, por parte de alguns moradores, de que se dedicavam à religião de matriz africana, ocorreu gradualmente. Inicialmente não comentavam sobre a prática; em seguida, apenas mencionavam “somos de religião”, não dando continuidade a esse assunto. Essa resistência inicial pode ser entendida como uma postura de autoproteção para lidar com a carga de preconceito que tem sido socialmente atrelada às religiões afro-brasileiras. Após diversas entrevistas e a partir da confiança gerada entre pessoas entrevistadas e grupo de pesquisa, nos foi dada a possibilidade de conversar com uma mãe de santo, religiosa muito respeitada pela comunidade local.

Na fala da mãe de santo, é possível compreender que as religiões de matriz africana precisam ter certa flexibilidade para garantir a sobrevivência de sua prática religiosa. Conta que vai à igreja e também ao saravá. Essa maleabilidade no âmbito religioso pode ser compreendida como uma troca de favores e proteção entre as pessoas que frequentam as religiões de matriz africana e as igrejas neopentecostais. “Quando aconteceu a maior desgraça, eles vieram aqui na nossa casa ajudar. Eles nos respeitam e nós respeitamos eles. tudo dentro do respeito, eles no canto deles, nós no nosso canto” relata a mãe de santo, ao contar sobre situação em que passou por grandes perdas familiares, com o falecimento de alguns de seus descendentes, momento em que recebeu apoio da comunidade evangélica.

A mãe de santo nos apresenta sua linhagem ao descrever sua família e a ligação desta com a religião, conta que seu pai era pai de santo e mestre tamboreiro, artesão que se dedica à feitura de tambores e à contação de histórias. A bisavó da referida mãe de santo foi uma mulher ex-escravizada, à qual suas descendentes chamam mina. Identificar alguém como ‘mina’ ou de ‘nação mina’ é o mesmo que referir-se a “escravos e libertos africanos provenientes da costa ocidental, também chamada à época de Costa da Mina. Mina indicava, então, quase todos os povos da Baía do Benim, no que hoje corresponde a três países: Togo, Benim e Nigéria” (FARIAS, 2013, p. 15).

Entende-se aqui a religiosidade como um dos recursos de preservação de memória e cultura das populações de origem afro-brasileira. Tradição de comunicação oral, as religiões de matriz africana fundam suas bases nas histórias dos ancestrais e dos orixás e constituem um formato de transmissão de experiências que não estão restritas ao aspecto religioso, trazendo ensinamentos sobre o mundo (MACHADO, 2015). Estão colocados como guardiões de memória os objetos, corpos e lugares, não sendo possível dissociar matéria e espiritualidade nas religiões de matriz africana. Esses objetos, que podem ser constituídos por imagens, quadros com gravuras de ancestrais ou orixás, trazem, em sua utilização, a dimensão da memória que é guardada nas práticas cotidianas.

O COTIDIANO NA MEMÓRIA: SABER LOCAL E VIOLÊNCIA

Considerar a dimensão cotidiana na construção da memória possibilita, àquele que entrevista, sujeito proveniente de outra realidade, o encadeamento dos fatos através da análise relacional. A compreensão das transformações que ocorrem no espaço da favela, portanto, deve passar pela compreensão da vida cotidiana na favela, cuja territorialização é fruto da agência daqueles que a habitam. De acordo com Milton Santos (2006), a construção de territorialidades é realizada através das práticas comuns que constituem a transindividualidade, práticas cuja individualidade nem sempre é identificável, sendo mais notável a coletividade produtora dessa construção. Essa identidade territorial passa a ser uma maneira de inserir-se no mundo, colocando a dimensão do cotidiano como a quinta dimensão que conformaria a espacialidade.

Nessa perspectiva, é possível compreender o fenômeno favela como uma forma de territorialização coletiva em cujas práticas predominam a lógica da informalidade, não só em relação à produção da moradia e do espaço urbano, mas também na forma de renda da população favelada, que está muitas vezes relacionada ao trabalho informal. O modo de vida que caracteriza a territorialidade favela pode ser lido como aquele que se encontra no polo oposto ao da norma em diversos aspectos. A forma de viver as relações familiares, as oportunidades de trabalho, a produção de território bem como suas edificações e também o relacionamento com o poder público fazem parte de um conjunto de táticas que se opõem ao formal e ao normatizado, em uma ampla gama de adaptações das normas hegemonicamente vigentes. Para Santos (2006), a técnica normativa é regulada por normas que a constituem, por ser uma forma particular de uso, e instaura normas quanto ao seu uso através da normatização das técnicas. Por isso, alguns agentes adaptam essas normas às suas próprias regras como um modo de possibilitar suas regras às normas dos agentes hegemônicos.

Na cidade, essa técnica normativa está presente nas práticas de urbanização, nas formas de troca, nas relações de trabalho e no modo de fazer família. A técnica normativa é análoga ao que os gramáticos fazem pela linguagem. Os gramáticos têm o papel de propor a norma, mas o uso da língua constitui de mais ou menos desvios e variações (CERTEAU, 1998), produzidos por aqueles que a praticam em seu cotidiano. Há, na favela, um maior afastamento das técnicas normativas devido ao seu caráter de informalidade, situação que influencia na menor possibilidade que seus integrantes têm de acessar as dinâmicas globais, ainda que a informalidade seja fruto dessa dinâmica. A metrópole é caracterizada por estar inserida em uma dinâmica global complexa cujas regras são produzidas por pensamentos hegemônicos; porém, internamente a essa dinâmica, há uma imensa heterogeneidade. Essa heterogeneidade, que se expressa também na diversidade de práticas, saberes e formas de viver que os mais pobres trazem a cidade, é fruto dos desvios e variações das técnicas hegemônicas, que possuem papel ativo em seu modo de produzir cidade. É nas ações cotidianas, embasadas no saber local, que identificamos essas fugas e invenções que moldam o espaço dos pobres:

“O saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. [...] Essa produção do saber

local é o que vai permitir que os estudos sejam menos dirigidos aos colegas, já que o que hoje produzimos não é para mais ninguém senão para nós mesmos” (SANTOS, 1999, p.22).

Para narrar essas realidades contidas tanto no passado, pela lembrança, quanto no presente, através da quinta dimensão espacial, que seria a dimensão cotidiana, o objetivo é o de compreender a favela de acordo com suas próprias lógicas de funcionamento. Para isso, foram estudadas algumas formas de saberes locais da comunidade, suas práticas coletivas, a maneira como se dão suas relações de sociabilidade, e também os processos migratórios pelos quais passaram distintos sujeitos sociais que se dedicaram à produção de um território comum. É possível observar essas práticas que fogem às normas ao analisar a complexa estrutura de relações sociais e econômicas presente na favela, cuja heterogeneidade se pode constatar espacialmente, na diferença de padrão habitacional e de urbanização nas distintas regiões.

Nas áreas em que foram conquistados os elementos básicos da urbanização, a água, a luz, e mais recentemente o asfalto, a forma de os moradores gerirem aspectos relativos às suas residências vem também se modificando, acompanhando os movimentos de transformação do bairro. As residências existentes passam por reformas e ampliações. A primeira morada era constituída, em geral, por um cômodo de madeira sem divisões internas, chão batido e telhado de lata, sendo a unidade posterior e continuamente ampliada, processo de autoconstrução característico na produção das favelas brasileiras. As casas de madeira, muito comuns na Cascata-Glorinha dos anos 1970, atualmente dividem a paisagem com casas construídas com técnicas mais sofisticadas, como a alvenaria de blocos, o concreto armado e alguns panos de vidro, configurando o “efeito alvenaria”, que seria, na favela, resultante da maior acessibilidade aos materiais de construção bem como do domínio da técnica construtiva pelas classes populares (MARZULO et al, 2016).

Figura 8 - Efeito alvenaria no loteamento Jardim Cascata; vista para o Quilombo dos Alpes.



Fonte: Diogo Vaz.

Com o passar do tempo, o crescimento das famílias e, paralelamente, de suas novas demandas por espaço físico, dinâmicas de expansão têm ocorrido, como a construção de mais de uma casa em um mesmo terreno, compartilhando o mesmo pátio. O pátio é tipologia arquitetônica na qual unidades habitacionais agrupam-se em torno de um espaço aberto, por vezes centralizado, e cuja configuração espacial permite aludir aos terreiros de religiões afro-brasileiras. Habitações construídas ao longo do tempo, cuja constante transformação permite abrigar a família que cresce por subdivisões do núcleo familiar, estabelecendo-se como família ampliada. Essa organização arquitetônica, também referida como “condomínio familiar” (moradora Ke., 23 anos), coletiviza algumas práticas do cotidiano, como as refeições, que muitas vezes são compartilhadas entre as/os moradoras/es de cada casa, mantendo a autonomia de cada habitação no que diz respeito aos custos de vida, e certa flexibilidade em relação às vivências familiares. Essa dimensão da transformação socioespacial do território, através de ações e práticas coletivas e comunitárias, está muito presente na narrativa das pessoas mais velhas.

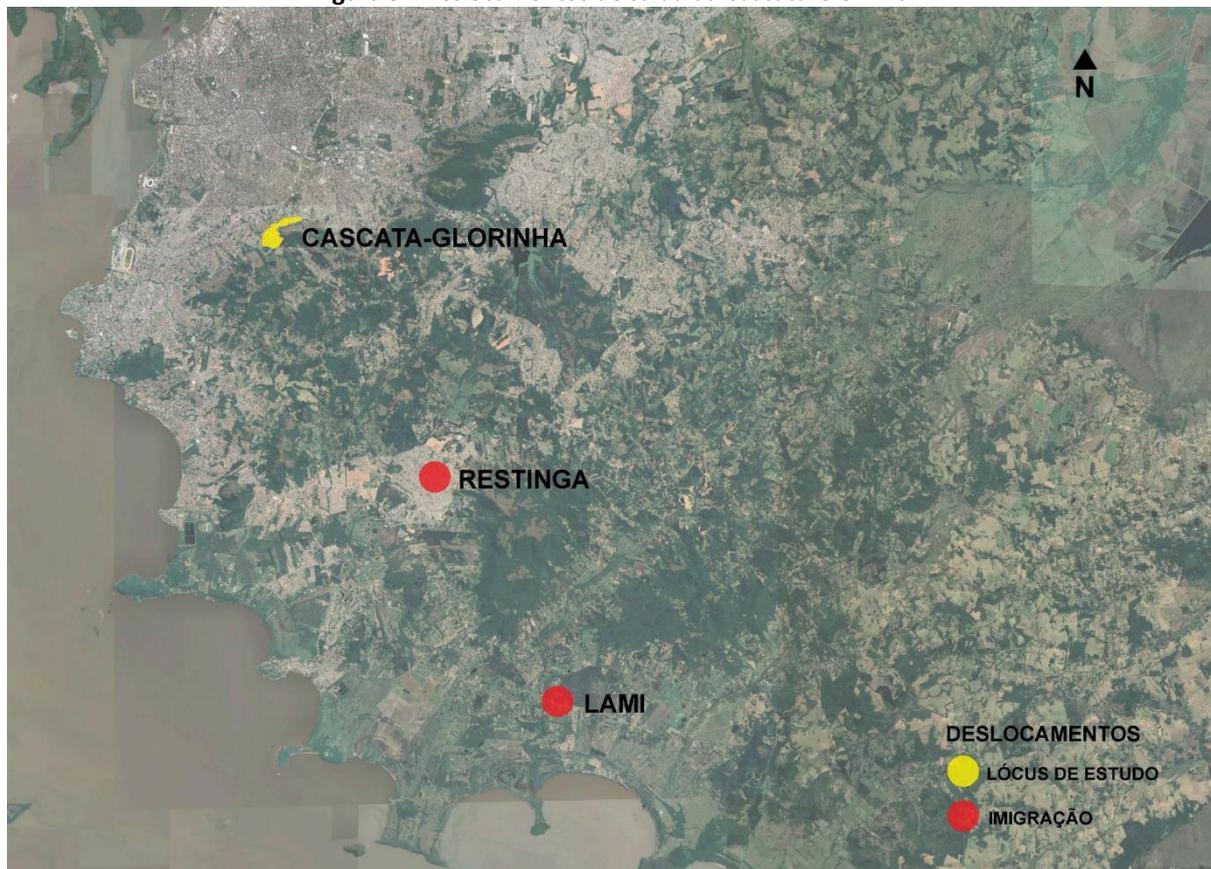
Para as/os jovens entrevistadas/os, as transformações mais impactantes na comunidade são aquelas que se referem ao aumento da violência no morro, à chegada de novas pessoas e à expulsão de antigos moradores, decorrente das guerras entre facções envolvidas no tráfico de drogas. Contemporaneamente, as disputas do território por diferentes grupos ligados ao tráfico e a inevitável presença da polícia militar, incluindo a Força Nacional de Segurança Pública, têm gerado situações de violência explícita, como nos momentos que ocorrem tiroteios em plena luz do dia com armamentos e munições pesadas. Os mais velhos concordam que a violência aumentou: a narrativa de aumento da violência remete à pré-existência do problema como parte do cotidiano, porém não com a mesma intensidade dos dias de hoje. Essa mudança é notada, principalmente, nos últimos cinco anos:

“Antigamente reuníamos as pessoas, tocávamos música na rua. Hoje em dia qualquer coisinha já chamam a polícia. Essa mudança ocorreu quando começou as matanças. Faz uns cinco anos que a coisa se agravou. Se atira um foguete e tu sabe que atrás do foguete vem uma bala atrás porque aproveitam o barulho. No Natal atiraram tanto, você precisa ver” (morador Ca., 58 anos).

Receosa sobre o aumento de acontecimentos violentos e também com a imprevisibilidade desses atos, a população tem modificado suas práticas cotidianas. As crianças não brincam mais nas ruas com tanta frequência, o cuidado com as crianças se dá dentro de casa ou em escolas. As festas e sambas de rua, bem como a festa de dia das crianças e a celebração comunitária do natal não tem mais ocorrido, a socialização nas ruas tem mudado por causa desses conflitos. Os assaltos no morro, que antes eram uma prática muito rara, têm se tornado mais frequentes. Apesar da presença ostensiva da polícia e sua participação em tiroteios nesse território, a população sente falta de policiamento no dia-a-dia de sua comunidade. A crescente violência tem como efeito um movimento de mudança dos moradores mais antigos para outras regiões da cidade, especialmente para a zona sul, como os distantes bairros Restinga e Lami, considerados locais mais tranquilos e seguros, com maior proximidade a áreas de lazer. “Quando tem um morador que vende seu terreno,

ele sai daqui e vai pra onde? Pra Restinga! [...] A Restinga é uma extensão da Glória, de tanta gente que tem, que era morador daqui, que criaram seus filhos aqui e se foram” (moradora Lu, 51 anos). Na figura 10 é possível identificar os movimentos recentes de deslocamento de saída de antigos moradores da comunidade Cascata-Glorinha.

Figura 9 - Deslocamentos de saída da Cascata-Glorinha.



Fonte: elaboração das/os autoras/es sobre Google Earth.

Com o movimento de mudança de moradores ou núcleos de família ampliada, algumas dessas edificações tornam-se excedente, sendo disponibilizadas no mercado imobiliário informal da região e contribuindo na renda familiar. Ao mesmo tempo, vêm chegando novas famílias à região, que ocupam espaços ainda disponíveis, em geral nos terrenos mais íngremes, densificando a encosta do morro. Nessa área não há água encanada, tampouco sistema de esgoto sanitário, coleta de lixo ou pavimentação viária; o sistema de energia é precário, e só está disponível de forma irregular, por meio de “gatos”. Essas habitações, conhecidas localmente como choupanas, podem ser identificadas como barracos de madeira precários. Entende-se que as/os moradoras/es do topo do morro encontram-se em situação análoga à das famílias que vieram viver na Cascata-Glorinha cinquenta anos atrás, que por sua vez reproduziam as moradias precárias de sua vida anterior no campo, os chamados ranchos pobres. Essa tipologia habitacional pode ser identificada na figura 11.

Figura 10 - Habitações na encosta do morro, em área não urbanizada e não regularizada.



Fonte: Diogo Vaz.

Na memória da favela as práticas cotidianas podem ser compreendidas como dinâmicas regidas segundo lógicas próprias, que se fundam na diversidade de saberes que conduzem a práticas e formas de viver desviantes das normas hegemônicas. A possibilidade de constante transformação ao longo do tempo, expressa na forma de ocupar o território e construir a moradia, expressa uma das dimensões do cotidiano dos mais pobres na cidade. Marca o cotidiano da favela contemporânea o crescente aumento da violência, que traz como um de seus efeitos a transformação de práticas e vivências, principalmente as coletivas, no interior desse território.

NA MEMÓRIA, A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Nas narrativas dos moradores da comunidade Cascata-Glorinha encontra-se uma constituição peculiar de favela, em sua versão gaúcha como vila, em virtude da adaptação à vida urbana de aspectos culturais do campo do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, sua constituição dialoga com a própria configuração urbana da cidade de Porto Alegre, na expressividade que a cultura negra tem nesse território, à medida que são produzidas músicas, ritos e simbolismos. A constituição desse território se apresenta também como uma reprodução do processo de urbanização das periferias das grandes cidades brasileiras na segunda metade do século XX.

Famílias pobres de Porto Alegre, muitas das quais expulsas de outras vilas, em conjunto a famílias imigrantes, vindas de diversas áreas rurais do estado, produziram uma formação de coletividades que teve no associativismo um meio de promover a luta para alcançar direitos básicos de cidadania. Nas práticas cotidianas é possível também observar o valor da sociabilidade e compartilhamento de saberes, que dentre outras expressões, carrega o legado da cultura negra, seja pela presença de determinados objetos arquitetônicos, como os pátios coletivos e as casas dos orixás, no culto a religiões de matriz africana e também na música. Na memória recente da comunidade está a marcada presença de atos de violência, o que tem contribuído para a diminuição do uso do espaço público pela população, ao mesmo tempo que restringe a livre circulação dos moradores no morro.

Encontrar, nas narrativas, as peculiares dinâmicas de urbanização da favela apresenta a reiteração de problemas como também as possibilidades de solução. A desativação de equipamentos públicos que polarizaram atividades no entorno ou a perda da sociabilidade em espaço público, devido à intensificação da violência, tem suas soluções na própria memória da existência de equipamentos escolares e de segurança construídos através da ação coletiva associada ao poder público. A permanência de áreas sem infraestrutura encontra sua possibilidade de resolução na experiência democrática e cidadã do Orçamento Participativo, também paulatinamente desmontado pelo governo municipal nas últimas administrações.

Para uma agenda de pesquisa, sugere-se a necessidade de inclusão, na história urbana das cidades brasileiras, da história das favelas, o que implicará em uma perspectiva epistêmica. Priorizando necessariamente a memória como fonte, coloca-se uma postura ético-política de reconhecimento da legitimidade do padrão favela como parte intrínseca a experiência urbana brasileira.

REFERÊNCIAS

ABIKO A. K., COELHO, L. O. Procedimento de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda. *Revista da Associação Nacional de Tecnologia em Ambiente Construído*, v. 4, n.1, 7-20, 2004.

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar (159-166). In: BOURDIEU et al. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel. A arte da memória e a ocasião (157-165). In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FARIAS, Juliana. De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. *Locus: revista de História*, v. 18, n. 2, 13-40, 2013.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tomo Editorial, UFRJ/IPPUR, 2001.

JOBIM, Douglas. *Movimento popular da Grande Glória*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

MACHADO, Cauê. Lugares e objetos de memória no batuque gaúcho. *Revista Religião e Sociedade*, v. 35, n. 1, 107-120, 2015.

MARZULO, Eber. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese (doutorado) IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

MARZULO, Eber. Disputa discursiva em números: a favela brasileira na primeira década do século XXI. *International Urban Planning and Environment Association Symposium*. La Plata, 2014.

MARZULO, Eber. A mudança na favela brasileira: efeitos territoriais e demográficos na construção estatística da realidade. *Seminário Internacional Red Iberoamericana de Investigadores*. Salvador: 2014b

MARZULO, Eber. O imbróglio sobre as favelas e a instauração do real. *ENANPUR*. Belo Horizonte: 2015.

MARZULO, Eber; CARVALHO, Agatha; TESSLER, Gustavo. Favela como padrão de ocupação e produção habitacional. Portuguese-language Network of Urban Morphology. Guimarães, 2016.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PERLMAN, Janice. Retrato do Migrante (87-119). In: Perlman, Janice. *Os mitos da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. Cadernos IPPUR, ano XIII, n. 2, 1999.

ZAMBONI, Vanessa. *Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção: o caso do bairro Restinga - Porto Alegre / RS*. Dissertação (mestrado) – PROPUR/UFRGS. Porto Alegre: 2009.